

mudar a



publicação do graal

Publicação bimestral — 25000

LER, INFORMAR E COMUNICAR

A CRISE DA IMPRENSA PORTUGUESA

Pergunta-se, hoje, quais as razões determinantes da grave crise que a imprensa portuguesa está atravessando: por que se lê cada vez menos em Portugal? Porquê a crise que ataca a Imprensa? Como obviar essa situação?

As perguntas são muitas e as opiniões acerca das causas dividem-se. Digamos a nossa.

Em primeiro lugar, o baixo nível médio da escolaridade faz com que as necessidades culturais dos portugueses sejam diminutas. O próprio ensino está de tal modo estruturado, que as pessoas com mais de 30 ou 40 anos pasmam com as lacunas de conhecimentos, os mais elementares, sobre matérias que todos sabiam de cor nas gerações anteriores. Quem assistir a concursos televisivos, por exemplo, nos quais se exige um mínimo cultural, fica estarecido com as respostas dadas pelos concorrentes quando se lhes fala dos escritores do século passado, ou se lhes pede para identificarem cinco ou seis antigos Presidentes da República, os países da CEE ou as nações de África. A ignorância é total e as soluções dadas ao passatempo provocam o espanto e, às vezes, uma hilaridade indignada.

Não obstante, desportistas ou adeptos clubistas, aos milhares, sabem de cor a biografia dos participantes nos desafios de futebol, a composição das equipas, os records alcançados no atletismo nacional ou estrangeiro. E os jornais desportivos acabam por ser porventura os mais lidos, entre nós e até no estrangeiro, pelos nossos emigrantes.

Em segundo lugar, o público procura o mais fácil, e o mais fácil será não ter que ler, bastando ver ou escutar o que os outros fazem ou dizem. Daí o sucesso que a televisão ou a rádio têm junto das pessoas que

não gastam tempo a ler jornais, ou perante aqueles que vivem em localidades onde a imprensa não chega. E a televisão estimula a preguiça intelectual, sem embargo do valor que podem ter alguns programas, ou colóquios, ou concursos.

É que, correndo-se o risco de suportar programas ou noticiários que sacrificam o essencial ao acessório — caso da banalização das conferências televisivas, dos debates prolongados e sem interesse, das emissões em que se dedica um só minuto a grandes acontecimentos internacionais e dez minutos a um debate sindical ou ao enxerto de imagens de arquivo sobre matérias de duvidosa qualidade —, corre-se ainda outro risco, esse derivado da falta de preparação dos locutores, que lêem mal o que lhes é projectado diante dos olhos. Entre centenas de «gaffes» de pronúncia ou de expressão, cuidadosamente anotadas por quem se preocupa com estas coisas, há frases como estas: «o compositor alemão Richard Vógnér», ou «o julgamento foi adiado «sainá daí» ou, ainda, «caiu uma avioneta no rio Cavádo».

Sabemos todos como, em nome da técnica ou do progresso, o computador de algibeira sacrifica o cálculo mental mais elementar; sabemos até que já há quem leia «Os Lusíadas» em banda desenhada; sabemos ainda que há adeptos da alteração da língua, dispostos a «mandar às urtigas» as origens do latim ou do grego para sacrificar, no altar da fonética, os acentos ortográficos, os hífens, os pp, os cc e os hh que não se ouvem, numa subserviência total a outros valores que não os de Camões, Vieira, Bocage ou Eça. Sabemos isso tudo, mas também conhecemos que os adeptos das técnicas simplificadoras, em todos os azimutes, são frequentemente recrutados entre «aqueles que não perdem tempo com os jornais».



PORTE PAGO

NOVEMBRO / DEZEMBRO

61.

• *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*

• *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*

• *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*



Em terceiro lugar, temos um factor económico a ponderar. O custo das publicações tem aumentado em flecha e um jornal diário, que se vendia por 1\$50 em 1974, custa hoje 30 ou 40 vezes mais, quando o salário mínimo nacional não acompanhou tal inflação. O poder de compra das pessoas tem diminuído e admite-se perfeitamente que, quem queira comprar diariamente um matutino e um vespertino ou adquira dois semanários e uma ou outra revista especializada, sinta que os milhares de escudos mensais que gasta possam afectar o seu parco orçamento familiar.

Um quarto aspecto há a considerar: nem sempre o nível informativo é de qualidade, apesar do generalizado esforço da maioria dos periódicos em melhorar os serviços prestados aos leitores. Há reportagens de grande valor, algumas fotografias são excelentes, o resumo dos noticiários é bem feito, os editoriais têm por vezes grande nível. Mas também há especulações descabidas, rumores boateiros convertidos em realidades eminentes, uma tendência excessiva para fazer análise política a qualquer «fait divers» banalíssimo, atribuição de intenções a quem as não tem, tudo desmentido no dia seguinte ou, pura e simplesmente, esquecido.

Tal situação pode levar ao desinteresse do eventual leitor. Quem de entre nós não conhece pessoas que se vangloriam («eu deixei de ler jornais») menos por diletantismo intelectual ou estulta superioridade do que por saudosismo político dos tempos antigos, em que os jornais falavam delas, enquanto hoje já não falam, por a política os ter ultrapassado? Só os exímios funâmbulos da pirueta política, que conseguem sobreviver e lucrar em todas as situações, mantêm interesse em ver-se citados nos jornais, em fuga perante o esquecimento, que é aquilo que mais os aflige. Quanto aos outros, os que desprezam a leitura dos jornais, sem censura nem exame prévio, trata-se de uma forma de oposição ao regime democrático actual, que não aceitam, sem embargo, de usufruírem de direitos que antes não tinham, a começar pelo voto livre ou o direito de poderem dizer ou escrever tudo aquilo que pensam.

Reconheço, por outro lado, que existe em numerosa imprensa uma tendência desagradável para aumentar as secções de «mexericos», com fotografias de pessoas «colunáveis», que são quase sempre as mesmas, como é igual o seu pano de fundo: o casamento elegante, a festa junto à piscina da vivenda do Algarve ou do Estoril, a inauguração da «boite», os frequentadores habituais dos restaurantes de luxo. E tenho que admitir que esta «feira de vaidades», este exibicionismo de elegâncias balofas — em que a inteligência e a competência contam muito menos que a indumentária e a carteira dos «parvenus» ou arrivistas do novo-riquismo nacional — afaste os leitores que não embarcam em frivolidades mundanas.

Mas já merece melhor atenção a postura de alguns que acusam a imprensa de procurar «sensacionalismos», pois todo o cuidado é pouco na distinção entre a notícia insignificante a que se pretende dar o tom

sensacional, e a notícia importante, que realmente merece destaque. Aliás, os Governos culpam muitas vezes de sensacionalismo jornalístico aquilo que lhes não agrada. É dos livros, e é da história. Mas, à nossa escala, os «Watergates» são modestos e nunca têm consequências por aí além.

Uma notícia importante, obviamente verdadeira, é em si mesma sensacional. Mas se desagrada ao poder político, é logo rotulada de sensacionalista para a minimizar. Porém, quando esse mesmo «poder político» se quer fazer notar, e se põe nos bicos dos pés para darem por ele, então o sensacionalismo já lhe aproveita.

Em resumo: toda a cautela é pouca para distinguir entre uma notícia sensacional e o sensacionalismo de uma notícia.

*Ângelo de Almeida Ribeiro — Provedor de Justiça
Campanha «Ler jornais é saber mais»
Conselho de Imprensa, Novembro, 1986*

COMUNICAÇÃO E MASS MEDIA

Os mass media tornaram-se um mundo autónomo, onde se produzem valores e, portanto, juízos, onde se criam necessidades e se activam os mecanismos para lhes responder, onde se formam as representações que determinam as escolhas e os comportamentos. Quer dizer: os mass media competem com o saber cultural dos indivíduos e dos povos e são portadores de cultura.

Ao alargarem o espaço de contacto do homem com os outros homens, tornando simultaneamente presentes, aos indivíduos e aos grupos, acontecimentos, notícias, realidade ou ficção, os mass media criam, de facto, uma outra forma de relação entre os homens. É da própria natureza dos media inscreverem-se no mundo das representações dos indivíduos e dos povos, na medida em que, através de cada mensagem transmitida, passa um meio de transformação do pensamento e da opinião.

Estabelecem-se, assim, inter-relações entre pessoas e grupos que lêem as mesmas notícias, escutam os mesmos sons, vêem as mesmas imagens, qualquer que seja o ponto minúsculo do planeta em que se encontrem. Fortalece-se a interacção entre os povos e as nações, quer através dos desequilíbrios, obstáculos e distorções provocadas pela manipulação dos factos, quer através dos laços de proximidade, criados pelo enredo e conexão entre factos aparentemente sem relação entre si.

Simultaneamente, os media parecem regredir à comunicação pessoal, substituindo o contacto entre pessoas por um contacto media-tizado que isola o indivíduo e os grupos nos seus universos fechados e imaginários.

Estamos longe de saber qual o impacto real dos media, nas sociedades de hoje. A única coisa que

podemos dizer é que, com o sistema dos media, pôs-se em movimento «uma máquina de pensar do género humano». Dizer uma «máquina» implica, desde já, uma relação particular: alguém a fará funcionar. Fazer funcionar uma máquina e assegurar que ela exerça a sua função de «máquina de pensar» supõe um poder de organização, de gestão e de produção. Não é, pois, surpreendente que os media sejam considerados como o **quarto poder**. Sobre eles, três outros poderes vêm implantar-se.

Em primeiro lugar, o poder político que, para lá das ideologias, arranja sempre modo de deles se servir e cujo exercício é ele próprio profundamente transformado pela utilização dos media.

Em segundo lugar, o poder económico, do qual a subtileza não consegue ocultar a importância. Será possível imaginar uma sociedade de consumo sem mass media?

Em terceiro lugar, o poder dos que fazem «funcionar a máquina». Quer queiramos quer não, as pessoas que têm os media a seu cargo, que têm o controlo de milhões de horas de audição, são novos mandarins, por vezes mais importantes que os ministros. É escusado tentarem defender-se: não apenas partilham o poder como o controlam e o utilizam de forma frequentemente arbitrária.

INFORMAÇÃO E SISTEMA CULTURAL

Os media colocam assim ao sistema cultural problemas inteiramente novos e que estão longe de estar resolvidos. Enquanto produtores de sinais e de informações, eles poderiam ser considerados como acrescentos a todos os outros produtores de informação do sistema cultural. A realidade é, no entanto, outra: eles não se limitam a acrescentar quantitativamente informações aos sistemas em funcionamento. É a própria noção de informação que situam num outro terreno.

Com efeito, «o carácter político da estrutura dos media está ligado à natureza do universo hertziano, que não é apenas geográfico. Há uma multiplicação da palavra e um fascínio da imagem que constitui uma **força de ocupação**» (Pierre Schaeffer). O sistema cul-

tural está em confronto com esta «força de ocupação».

Segue-se uma luta pelo poder entre os media e as outras fontes de informação do sistema cultural. Até que ponto é possível ao sistema cultural permanecer livre face a esta «força de ocupação»? Quais são as condições a salvaguardar para que a sua liberdade própria possa exercer-se?

Da resposta a estas perguntas dependerá, em larga medida, o futuro da democracia. Se, no século XIX, foi necessário controlar o poder económico através de um novo ordenamento das relações entre o poder económico e o poder político, no fim do século XX parece ser ao nível do ordenamento das relações entre o poder dos media e o poder do sistema cultural que a democracia poderá encontrar o seu equilíbrio.

O impacto dos media pode ser analisado sob dois aspectos:

Por um lado, os media criam novas visões do mundo («Weltanschauungen») que, dissimuladamente, se sobrepõem, apagam e suprimem as visões do mundo que o indivíduo se tenha construído ao longo da vida. Os elementos presentes em tais mundividências não chegam a ser esboçados com toda a clareza. O que faz a novidade e quase o inexplicável dos media é precisamente a sua fluidez. Como observam Brukner e Finkilkrut: «uma das características da modernidade é o lento movimento de penetração pelo qual a frouxidão da vida quotidiana se introduz na esfera da representação.»

Por outro lado, os media «formulam programas mentais» que o indivíduo não solicitou. Quer dizer, eles veiculam modelos de sociedade, estilos de vida, aspirações e desejos. Eles impõem-se à identidade cultural pré-existente, quer confrontando-se com ela de forma radical, quer corroendo-a nos seus fundamentos psico-sociológicos. A sociedade (do mesmo modo que o indivíduo) passa a ser moldada por elementos que lhe são fundamentalmente estranhos. Em consequência, o próprio conceito de desenvolvimento endógeno é posto em questão: a sociedade perde a capacidade de se produzir a partir das forças interiores que a animam.



EMISSOR E RECEPTOR

Emissores e receptores são objectos múltiplas influências que não lhes permitem afirmar-se em plena autonomia. Mesmo quando um indivíduo está completamente só perante o seu écran de televisão, não é apenas ele que reage: ele é um produto dos mecanismos de massa criados pelos próprios mass media.

O diálogo emissor/receptor não se passa sem conflito. O que é para o emissor — profissional de informação ou outro — direito à «liberdade de expressão», que ele quer defender a qualquer

preço, é frequentemente para o receptor violação da sua liberdade pessoal de pensamento e de juízo autónomo. Pode mesmo perguntar-se até que ponto o indivíduo pode permanecer indivíduo enquanto receptor dos mass media e quais são as condições culturais para que ele assim permaneça.

TSCG

in «Culture e Democratie»
Unesco, 1982

SABER LER

Saber ler tem a ver com **saber estar em diálogo** com alguém. Pessoas há, por tal forma obcecadas consigo próprias, que entram em monólogo permanente e são incapazes de se deterem para escutar o «outro».

O mesmo sucede a certos praticantes de leitura. Aprenderam a ler nas escolas, nos liceus e até nas universidades, mas desconhecem as regras mínimas do diálogo e, ao filtrarem pela sua egocêntrica subjectividade a voz do «outro», não a entendem, buscando simplesmente apropriar-se de algo que, para eles, tem valor meramente utilitário e que assimilam às suas prendas e haveres. Ler um autor passa, assim, pela obrigação de preencher determinados **curricula** ou de se sentir em dia com as modas de intelectualite. E quantas vezes, nestes casos, após leitura mais ou menos em diagonal, o livrinho vai ocupar os tais centímetros de prateleira que fica bem a qualquer **living-room** que se presa da sua condição de **living-room**.

Em contrapartida, «saber estar em diálogo» pressupõe o propósito de não se sucumbir à experiência informe e meramente subjectiva do dia a dia, e, simplesmente, a vontade de abrir espaço ao «outro», praticando modos de expectativa que contrariam todas as servidões ao hábito e à rotina. Já que aquilo que se é por via da sobrevivência quotidiana raramente coincide com o ser das nossas esperanças e anseios, todas as formas de ruptura com o círculo em que nos achamos envolvidos podem ser um passo no sentido de uma realização mais integral. Esta, porém, recusa todo o tipo de projecções subjectivantes, e, recusando, desvenda as afinidades entre «saber ler» e «saber ser», fixando a experiência de leitura num momento de reconhecimento.

De facto, ao percorrer o universo necessariamente aberto de um poema, de uma peça, ou um romance, sou obrigado a prescindir de todos os modelos que, do exterior, importei e, de algum modo, obstam à mutação, agora favorecida pelas sugestões do jogo que me descobre, **homo ludens** que sou e de que me desafeiçoara no turbilhão do dia a dia, ou de que desesperara no espaço difuso do meu desejo. E, nessa descoberta, registo, como aprendi com Proust, que o que sou sempre depende do que fui e também do que já deixei de ser, porque, de outra forma, não serei.

Justamente nas palavras do «outro», indícios concretos de supostos anseios indizíveis, se redime a compulsão ontológica insinuada no espaço difuso de um desejo descrente e logo reprimido. Nesta acepção, a obra literária, **locus** do utópico e do ucrónico, funciona como «distância de que se alimenta o imaginário», para usar a expressão de Jacinto do Prado Coelho no

prefácio a **Literatura e Utopia**. Ora é na aceitação da distância que o reconhecimento do ser se há-de processar, ao mesmo tempo que as estruturas constitutivas e básicas da percepção se transformam no confronto diferenciado. A esse confronto achou por bem chamar-se «diálogo», sem esquecer que qualquer diálogo pressupõe uma linguagem comum aos dois interlocutores; assim, e para que possa haver sentido, parece essencial a convivência com os códigos em que o autor desse espaço intermediário que é a obra julgou adequado exprimir-se. Por outro lado, na medida em que cada obra literária é, e volto a citar Prado Coelho, «um universo único, dotado de leis próprias, de uma dinâmica e de um estilo próprios», afigura-se lícito pensar que cada uma oferece, na sua linguagem específica, uma experiência estética única e insubstituível. Nesta perspectiva, cada uma contribui, e contribui inevitavelmente, para o enriquecimento das categorias de percepção do ser chamado a nela participar. Não é possível ler dois romances escritos pelo mesmo autor e, no fim do segundo, imaginar que nada mais se acrescentou à experiência do primeiro. Mais radicalmente até é impossível ler um romance repetidas vezes e, de cada uma delas, ficar com a sensação de que a nova leitura se limitou a «avivar» a memória de instâncias anteriores.

E não é possível pela simples razão de que, comprometido como estou, no desenrolar da minha própria existência, jamais consigo ser exactamente aquilo que fui ou que suponho poder vir a ser. Porque, entre aquilo que sou e aquilo que fui, medeia o espaço das prováveis ficções urdidas no desejo de uma justificação. De mesmo modo, entre aquilo que sou e aquilo em que me tornarei, se adivinham premonitoriamente as ficções em que me reconheço. Estas serão tão mais proficuas quanto mais afortunadamente possam concorrer no horizonte de um existir integral. Que esse horizonte se ache alargado pela disciplina e exigência estética parece ajustar-se à natureza de um ser pelo menos tão dotado para a afectividades como para o raciocínio. Percebemo-nos solicitados para o ideal de uma disciplina que visa a realização do ser completo, quando lemos páginas como as de Marguerite Yourcenar em **Memórias de Adriano**. Mas esta ficção, como todas as outras que nos permitem viver em esperança, mesmo quando se situam ainda e tão somente no espaço do desejo, abre o espírito à sua genuína vocação — e esta desconhece os limites impostos pelo mundo sólido das realidades. Porque, a levá-los em consideração, teríamos ficado pelo paleolítico.

Maria Teresa Ferreira de Almeida
Serão no «Terraço», Out. 1984

Publicação bimestral. Assinatura anual: 200\$00; estrangeiro: 400\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes. Inscrito na DCGI com o n.º 106 032.

Propriedade e administração: GRAAL — Rua Luciano Cordeiro, 24, 6.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas - Coop. de Trab. Gráficos, crl.